

IDENTIDADES EM UMA ZONA DE FRONTEIRA : A REGIÃO DO PRATA NO PERÍODO COLONIAL	2
1- O PRATA : UMA REGIÃO DE FRONTEIRA	3
1.1- A VOCAÇÃO MILITAR : a fixação das fronteiras	3
1.2- UMA ECONOMIA SUBSIDIÁRIA : pecuária e agricultura	6
1.3- A SOCIEDADE COLONIAL : submissão e resistência	9
2- FRONTEIRA E TERRITÓRIO : UM NOVO QUADRO DE REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS	14
2.1- OS RESULTADOS : as trocas de proximidade	14
2.2- AS ABORDAGENS TRADICIONAIS	15
2.2- UM NOVO QUADRO TEÓRICO : a noção de fronteira sócio-territorial	17
BIBLIOGRAFIA	19

IDENTIDADES EM UMA ZONA DE FRONTEIRA : A REGIÃO DO PRATA NO PERÍODO COLONIAL

BEATRIZ AZEVEDO COURLET*

A partir do período colonial, as sub-regiões do Prata mantêm relações bem particulares. Embora estas relações tenham sido afetadas, mais tarde, por mudanças econômicas (transição das economias para o capitalismo) e políticas (formação dos Estados nacionais), a região abriga ainda hoje costumes e valores sócio-culturais comuns. Apesar disso, a historiografia, seja ela argentina, uruguaia ou brasileira, tende a diferenciar a história da sua região fronteira daquela de seus vizinhos. Este procedimento, adotado principalmente a partir de 1920, quando da centralização progressiva do poder político nos países respectivos, visava, então, reforçar a idéia de Estado nacional. Assim, os historiadores construíram, retrospectivamente, para suas regiões respectivas, uma história impregnada de um forte nacionalismo e tendo, por isso, pouca ou nenhuma relação com aquela das zonas geográficas vizinhas¹.

Assim, lugar de partilha de experiências históricas e tradições comuns, as sub-regiões platinas perderam, em função deste tipo de abordagem, toda sua especificidade e, com isto, mesmo sua importância nos contextos nacionais respectivos. Daí o objetivo deste texto, que é de sugerir um novo quadro teórico de referência para a análise da região platina, que permita ir além desta representação falseada pelo individualismo histórico e capaz, assim, de tratar das especificidades que caracterizam um espaço (trans)fronteiriço. É com esta perspectiva que se desenvolve este trabalho. Em uma primeira parte examinaremos os elementos históricos fundadores da identidade platina e, em particular, a influência freqüentemente negada pelos brasileiros, mas, historicamente irrefutável, da vizinhança do Prata sobre a formação do Rio Grande do Sul (RGS). Em uma segunda parte, após um breve exame dos enfoques tradicionais sobre a questão da fronteira, introduziremos uma nova problemática capaz de interpretar a dinâmica endógena da região, fruto de relações fronteiriças estabelecidas a partir do período colonial. O objetivo final é especificar elementos identitários comuns que possam servir de suporte a uma política de concertação em torno de projetos de desenvolvimento para a região.

* Facultad de ciencias sociales, grenoble/grupo de estudios latinoamericanos-gresal. Brasil-Francia

¹ Do lado brasileiro, os historiadores associaram a história do RGS à civilização lusitana que representava, do seu ponto de vista, ordem e equilíbrio sócio-político, ao contrário da organização que eles estimavam caótica das zonas de colonização espanhola (TORRES, 2000) : a prova disso seria o êxito dos portugueses em manter territorialmente unido o Brasil, o mesmo não tendo acontecido do lado espanhol que se ‘esfacelou’ em várias repúblicas.

1- O PRATA : UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

A história das regiões fronteiriças no mundo inteiro mostra que elas apresentam, ao longo de sua formação, duas características principais : primeiro, uma vocação militar em razão da necessidade de defender os limites geográficos entre territórios pertencendo a Estados distintos ; segundo, sua subordinação política e econômica aos respectivos contextos nacionais. Isto não as impede, entretanto, de gozarem, ao mesmo tempo, de uma certa autonomia política no plano regional (dado seu engajamento na defesa do território), assim como, ter um papel econômico estratégico. Neste sentido, a região platina não é uma exceção, uma vez que ela cumpriu, ao longo de sua história, todas estas funções típicas de uma região de fronteira, seja um papel militar, seja um papel econômico importante, mesmo que subsidiário, enquanto zona exportadora para os centros dominantes da época.

1.1- A VOCAÇÃO MILITAR : *a fixação das fronteiras*

O aspecto principal da identidade platina é o militarismo que se desenvolveu durante todo o processo de ocupação da região, em razão de disputas fronteiriças enquanto espaço pertencendo inicialmente a Portugal e à Espanha e mais tarde à Argentina, ao Uruguai e ao Brasil².

a) As primeiras incursões

A partir do final do século XV, Portugal e Espanha, as duas grandes nações atlânticas da época, começaram a disputar a posse do mundo. À medida que novas terras eram descobertas negociações diplomáticas davam origem à assinatura de tratados delimitando geograficamente as propriedades de além-mar e garantindo, assim, a sua apropriação oficial pelas duas coroas. O primeiro desses tratados, que teve consequência sobre a ocupação do Prata, foi o de Tordesilhas, assinado em 1494, que dividia o ‘Novo Mundo’ em dois hemisférios : aos Portugueses, coube uma boa parte das terras brasileiras e aos Espanhóis, a região platina assim como o território que corresponde atualmente ao RGS.

² No caso brasileiro, a própria forma geográfica afunilada do sul do país indica, além é claro as tensões fronteiriças, o fato que a região do Prata encontrava-se no centro destes conflitos.

Esta primeira repartição do globo deu origem a muitas controvérsias e a uma série de conflitos que se prolongaram até o século XVIII e acabaram dando origem à colonização do Prata³. A ocupação da região começou, entretanto, tardiamente, pois, mesmo descoberta no início do século XVI pelos Europeus, ela foi ignorada durante quase um século, pois nela não havia nem riquezas minerais nem produtos agrícolas capazes de interessar às economias européias, que efetuavam sua transição do feudalismo para o capitalismo⁴. Somente ao final deste mesmo século que ela despertou o interesse dos colonizadores, mas como mero caminho de passagem às minas peruanas.

De fato, dois acontecimentos maiores ocorridos na época, tiveram uma importância fundamental na história da região platina. Primeiro, a segunda fundação de Buenos Aires que se tornou, desde então, o centro por excelência dos negócios espanhóis. Segundo, a união dinástica entre os reinos de Espanha e de Portugal (1580-1640) que favoreceu a entrada dos Portugueses no comércio colonial da zona, até então monopolizado pela Espanha. Isto levou a uma ocupação mais sistemática do espaço do Prata pelos Europeus no século XVII. Do lado português, foram principalmente comerciantes que circulavam no território e, do lado espanhol, jesuítas que fundaram, aqui e ali, algumas reduções onde eles introduziram a atividade de criação de gado. Como neste período iniciou-se igualmente, em grande escala, a caça aos índios pelos ‘bandeirantes’ (aventureiros paulistas que forneciam escravos às plantações brasileiras de açúcar), os jesuítas espanhóis, para escapar destas ofensivas, foram obrigados a abandonar suas terras, nelas deixando duas grandes reservas de gado, uma localizada no Uruguai e outra no RGS, origem da atividade de criação de gado da região.

b) A colônia de Sacramento et os Sete Povos das Missões

³ Isto também porque o tratado de Tordesilhas buscava definir um meridiano em uma época onde os instrumentos técnicos eram bastante limitados. De qualquer forma, foi a partir deste tratado que Portugal foi obrigado a reconhecer a participação de Castela no seu monopólio marítimo. Note-se também que se tratava de um “falso” monopólio, pois este se limitava a garantir às duas coroas ibéricas a exclusividade na exploração direta das riquezas americanas, pois estas eram distribuídas ao resto da Europa por outros capitais europeus (CHAUNU, 1995).

⁴ A própria descoberta da América despertou, no início, pouco entusiasmo da parte das coroas ibéricas que, na ocasião, buscavam, de fato, um caminho marítimo, alternativo (àquele utilizado pelos mussulmanos) para comercializar com os asiáticos. Se, no início, este novo continente representava apenas um obstáculo na rota ibérica em direção às riquezas indianas, o desinteresse foi ainda maior no caso do Brasil, considerado mesmo, inicialmente, como uma possessão inoportuna, pois os portugueses não haviam nele encontrado riquezas imediatamente exploráveis (CHAUNU, 1995).

Em 1640, com o fim da dominação espanhola, as disputas territoriais entre as duas coroas ibéricas se acentuaram. Conseguindo pela via diplomática uma extensão do seu território no Prata, a coroa portuguesa fundou a colônia do Sacramento em 1680, que acabou se tornando um importante centro militar e comercial⁵. Situada estrategicamente frente a Buenos Aires, esta colônia facilitava o controle militar da região pelos Portugueses. Mas a fundação de Sacramento tinha, também, um objetivo econômico, que era ‘quebrar’ o monopólio comercial dos Espanhóis através de uma maior participação da coroa portuguesa no comércio regional do couro e de metais preciosos. Em troca, os portugueses introduziram produtos originários de suas colônias (açúcar e escravos africanos) assim como manufaturas inglesas. O comércio regional se fazia, sobretudo, na base do contrabando, uma atividade corrente e das mais rentáveis na época : o contrabando era uma reação da parte dos nativos e de outras nações européias ao monopólio comercial da Espanha. Face a esta política, os habitantes platinos deturpavam as leis de modo a favorecer o comércio ilícito. Aliás, esta tarefa era bastante facilitada pelo tipo de estrutura institucional vigente na época, isto é, a prática de venda de títulos e de postos administrativos que fazia com que o comerciante e o funcionário (cuja função era de controlar as fraudes) fossem freqüentemente a mesma pessoa (CÉSAR, 1978)⁶.

Em reação à investida bem sucedida dos Portugueses na região platina, através da fundação de Sacramento⁷, a coroa espanhola instigou seus jesuítas a ocuparem um vasto território situado ao norte do atual estado do RGS, onde estes fundaram, em 1682, os Sete povos das Missões. Nestas reduções, os jesuítas instalaram estâncias de criação de gado de modo a compensar a caça predatória destes animais que provocava o esgotamento progressivo das reservas da região e afetava o lucrativo comércio de couro com a Europa. Os campos e o gado selvagem tornaram-se, então, objeto de violentas disputas entre dois centros econômicos importantes da época : de um lado, Buenos Aires, de colonização espanhola, que controlava a exportação de couro para a Europa e, de outro, Minas Gerais, zona brasileira de minas, que precisava de gado para o abastecimento de sua população. Estes conflitos levaram à formação das

⁵ A Colônia de Sacramento havia também uma importância estratégica para Portugal como um elemento de barganha em suas negociações políticas com os Espanhóis : ela foi, varias vezes, utilizada, pelos portugueses, como ‘moeda de troca’ para expulsar os jesuítas espanhóis do RGS cujo território eles ambicionavam.

⁶ A história colonial da América espanhola e a da América portuguesa se assemelham bastante, pois as duas coroas se inspiraram no sistema político e econômico europeu, chamado ‘pacto colonial’, segundo o qual as colônias constituíam uma reserva de matérias-primas a baixo preço e um mercado para os produtos da industria metropolitana. Se houve uma generalização da pratica do contrabando, foi porque a Espanha e Portugal foram incapazes de fornecer produtos manufaturados às suas colônias.

⁷ Enquanto ela esteve sob o domínio português, a colônia de Sacramento conheceu um desenvolvimento considerável, o que pode explicar a maneira radical com que os espanhóis dela se apropriaram em 1777, destruindo tudo o que pudesse lembrar a colonização portuguesa (REICHEL e GUTFREIND, 1996).

primeiras milícias de caçadores de gado, reunindo diferentes elementos da sociedade local : crioulos, luso-brasileiros, gaúchos-mestiços, índios e negros. Estes indivíduos, chamados de « guerreiros-empresários » (FREITAS, 1980), faziam parte de grupos armados, de caráter privado, que se mostraram de uma grande eficiência militar nos combates fronteiriços sucessivos.

Vários tratados entre as duas coroas ibéricas, relativos à posse do território platino, se sucederam ao longo do tempo. Estes tratados resultavam também das guerras européias que afetavam a relação de forças na região. De fato, Portugal e Espanha eram obrigados a negociar, paralelamente, com a Inglaterra e a França, que intermediavam a fixação dos tratados⁸. Finalmente, ao término do século XVIII, a colônia de Sacramento acabou ficando com os espanhóis e a zona das missões jesuíticas (uma boa parte do RGS) com os portugueses⁹.

1.2- UMA ECONOMIA SUBSIDIARIA : pecuária e agricultura

A partir do século XVII, a economia do Prata passou a se afirmar cada vez mais com a exploração do gado, através da instalação de estâncias e, mais tarde, com a produção de charque, e com uma produção agrícola de subsistência e com fins comerciais. Isto permitiu que ela cumprisse, no período colonial, um papel econômico complementar, fornecendo índios, gado e alguns produtos alimentares às zonas de mineração, que praticavam a principal atividade econômica da época. São estas atividades, desenvolvidas nas campanhas da Argentina, do Uruguai e do RGS, que fizeram do espaço platino uma região relativamente homogênea em termos econômicos.

a) A exploração do gado

No século XVII, a importância econômica do Prata se devia não mais somente à sua situação geográfica enquanto via de acesso às zonas mineiras, mas também à sua principal riqueza econômica, o gado, cuja

⁸ Note-se que a região platina jamais teve voz na tomada de decisões políticas relativas à fixação das fronteiras, isto sendo uma prerrogativa dos centros dominantes da época : Rio de Janeiro, Lisboa, Madri, Londres, Buenos Aires e Montevidéo (GOLIN, 2002).

⁹ Durante os três séculos de sua história colonial, o Brasil apresentou um grande dinamismo territorial. Ao final deste período, o país já havia alcançado os seus 8.500.000 km² atuais : a utilização predatória do solo levando à busca incessante de novas terras para plantar, a busca de metais preciosos e sobretudo a caça desenfreada de escravos índios pelos bandeirantes, foram as razões principais da expansão territorial do país.

exploração permitiu à região se integrar, progressivamente, na economia de mercado. Esta integração obedeceu três fases correspondendo a diferentes sistemas de produção (REICHEL e GUTFREIND, 1996). Inicialmente, no século XVII, havia o sistema de vacarias que consistia em incursões de caça, pontuais e rápidas, seguidas da domesticação ou do abate de gado para extração do couro. Para isto, engajava-se temporariamente índios e mestiços sem domicílio fixo. Esta organização econômica, viabilizada pela abundância de animais selvagens nos campos, perdurou até o início do século XVIII, quando começou, então, o processo de sedentarização desta atividade com a instalação de estâncias.

Esta nova forma de organização da produção, com base na estância¹⁰, levou a uma nova repartição de terras entre caçadores de gado e militares que participavam das lutas fronteiriças¹¹. O objetivo era assegurar a ocupação da região, mas também desenvolver a pecuária para extração do couro de modo a satisfazer à demanda crescente dos europeus por este produto. Havendo assim adquirido um grande valor comercial, o couro tornou-se finalmente a fonte principal da prosperidade econômica da região na época.

Finalmente, uma terceira fase de integração econômica da região platina se deu a partir da fabricação de charque no fim do século XVIII, produto destinado à alimentação dos escravos e das camadas mais pobres das populações urbanas brasileiras. Esta produção debutou no RGS e monopolizou o mercado brasileiro até 1830, data da aparição do charque uruguaio e argentino (produzido nos saladeiros) que se mostrou, desde o início, um forte concorrente, pois era de melhor qualidade e fabricado em condições mais avançadas em termos de tecnologia e de organização produtiva (mão de obra livre, divisão do trabalho, maior produtividade e capacidade de produção, etc.), chegando assim ao mercado brasileiro a um preço inferior ao do produto originário do RGS. A falta de competitividade da charqueada em mercados não monopólicos se explica pela sua organização escravista enquanto o saladeiro era uma usina capitalista (CARDOSO, 1985 e TARGA, 2002).

¹⁰ A estância representava uma célula social : em torno do grande proprietário havia não somente aqueles que trabalhavam sob suas ordens, mas também aqueles que precisavam de sua proteção. O capataz era o chefe dos empregados, morava na estância (perto do patrão, em uma casa menor), ganhava um salário fixo e, algumas vezes, uma gratificação suplementar ; ele usufruía também de vantagens 'in natura' como alojamento gratuito, víveres, vestimentas e alguns artigos de consumo. Quanto aos trabalhadores das estâncias, chamados peões, eles tinham diversas atribuições, mas a tarefa principal era vigiar e cuidar do gado (LAYTANO, 1983).

¹¹ Na verdade, a repartição das terras em grandes propriedades é uma herança colonial : a propriedade feudal européia foi transplantada na América através da repartição de imensos domínios de terras entre soldados e colonizadores europeus. Foi esta divisão que deu origem, mais tarde, a um tipo social típico do continente que é o 'encomiendero' espanhol (com seu lote de índios) e o fazendeiro brasileiro (com seu lote de negros).

QUADRO nº 1 : *As charqueadas no RGS*¹²

O sucesso imediato das charqueadas modificou radicalmente a sociedade do RGS em formação. Entre 1780 e 1803, os militares se apropriaram das terras que haviam sido anteriormente distribuídas aos imigrantes, assim como daquelas que pertenciam aos primeiros estancieiros e a seus descendentes. Esta expropriação, foi efetuada em grande escala e pelo uso da força : os militares destruíam as sedes das estâncias, aprisionavam seus proprietários e repartiam as propriedades entre eles e seus soldados, provocando, assim, a fuga de muitos estancieiros para o lado espanhol. A partir de 1803, o pampa do RGS já estava ocupado e dividido em 500 estâncias. Esta reestruturação fundiária indica a importância crescente das charqueadas, na medida em que a divisão das terras em grandes propriedades favorecia a criação extensiva de gado que lhes servia de matéria-prima. Além da valorização da pecuária, o desenvolvimento da produção de charque no RGS teve como consequência um forte aumento do número de escravos africanos, a mão de obra por excelência das charqueadas. Foi justamente a prática escravista que tornou a charqueada incapaz de conquistar mercados fora de um contexto monopolista.

b) A agricultura familiar

A atividade agrícola estava presente na campanha platina desde o século XVI, embora praticada de forma extensiva e rudimentar. Garantindo a subsistência das populações urbanas, ela ocupava homens livres (colonizadores e índios) que trabalhavam também ocasionalmente nas estâncias. No século XVIII, a agricultura ganhou importância como uma produção complementar à economia regional (principalmente com a cultura do trigo), embora com volume e valor de produção inferiores à atividade da pecuária. Apesar disso, ela enfrentava uma série de problemas. Primeiro, aqueles relacionados ao baixo nível das técnicas de cultivo que não havia, até aqui, evoluído muito e, mais tarde, uma grave penúria de mão de obra. Face a esta situação, as duas coroas ibéricas decidiram importar colonos europeus com o objetivo de fornecer braços à agricultura, medida que fazia parte de um conjunto de reformas político-administrativas visando dinamizar o sistema colonial.

Mas esta política de imigração tinha também como objetivo enfrentar problemas relativos a uma situação de fronteira : abastecer as tropas militares (ali sediadas em razão das guerras platinas) e, principalmente, povoar os espaços próximos às fronteiras ainda não fixadas em definitivo e que eram ainda objeto de numerosos conflitos entre Portugal e Espanha. Assim, na metade do século XVIII, novas terras foram distribuídas ou comercializadas em grande escala a estes colonos de além-mar : os colonos espanhóis eram originários das Canárias e da Galícia, enquanto os colonos portugueses vinham dos Açores¹³. Esta

¹² Ver MAESTRI FILHO (1984), CARDOSO (1985) e TARGA (2002).

¹³ Vários outros objetivos parecem haver também influenciado o projeto português de colonização com base na imigração européia, entre eles a busca de um apoio político alternativo àquele dos latifundiários considerados como os mais rebeldes à política do governo (PESAVENTO, 1985 e PICCOLO, 1988), motivações de caráter racista visando a ‘branquear’ a população brasileira (PICCOLO, 1988) e a instaurar assim uma economia moderna no país, uma vez que os trabalhadores brancos eram considerados mais produtivos que os escravos africanos e os mestiços nacionais. Mas a decisão de introduzir o trabalho livre no país se deveu sobretudo à pressão política da Inglaterra no sentido de abolir o tráfico de escravos. Isto porque o Brasil

repartição de terras deu origem a uma forte expansão agrícola com base na pequena propriedade e no trabalho familiar e à criação de centros bastante dinâmicos de produção rural na região platina. No final deste século, os imigrantes haviam já desenvolvido uma próspera produção de trigo destinada ao consumo local, ao mercado do Prata e também à exportação, mesmo que intermitente, à Europa.

QUADRO nº 2 : A imigração açoriana e a colonização do RGS¹⁴

Na metade do século XVIII (1746), a coroa portuguesa oportunizou a vinda de colonos açorianos destinados a se instalarem em localidades próximas às fronteiras mais vulneráveis à invasão espanhola assim como na zona das missões jesuítas que haviam, entretantes, passado sob a jurisdição portuguesa pelo tratado de Madrid. Até 1754, estima-se que 600 casais açorianos haviam já chegado ao RGS. Entretanto, dada a anulação deste tratado e na impossibilidade, então, de ocupar as terras prometidas, estes colonos acabaram se dispersando por outras regiões do RGS, onde eles ficaram por muito tempo abandonados à sua sorte. Somente em 1764, quase vinte anos depois da vinda dos primeiros imigrantes, a coroa lhes outorgou terras, mas sob a condição que elas fossem exploradas na agricultura e com base no trabalho familiar, o uso de mão de obra escrava foi formalmente proibido.

Esta experiência de imigração foi, entretanto, de curta duração, pois uma série de problemas levaram estes pequenos produtores rurais à ruína. Além de suas técnicas rudimentares de cultivo, sua produção sofria a concorrência, no mercado brasileiro, do trigo originário dos Estados Unidos, da Prússia e da França, cujas taxas de importação não eram elevadas. Isto porque, de um lado, Portugal tornara-se, nesta época, uma nação empobrecida e dependente de outras nações européias e era assim obrigada a se submeter a acordos alfandegários desvantajosos. Mais tarde, eles perderam ainda o mercado metropolitano português, pois a coroa passou a proibir a entrada do trigo colonial. De outro lado, a produção colonial foi vítima de muitos abusos da parte da administração imperial : em caso de guerras fronteiriças, os colonos eram obrigados a se engajar nas lutas e a abandonar assim suas plantações ; sendo o abastecimento dos exércitos considerado prioritário, os colonos eram muitas vezes obrigados a lhes vender exclusivamente sua produção, que além disso, era mal e tardiamente remunerada (CARDOSO, 1985). Afetados por todos estes problemas (e ainda por uma epidemia que acabava por dizimar sua produção), muitos produtores foram à falência e abandonaram a agricultura¹⁵.

1.3- A SOCIEDADE COLONIAL : submissão e resistência

A sociedade platina era composta, de um lado, por grandes proprietários de terras, criadores de gado e, de outro, por pequenos proprietários rurais (imigrantes e nativos) praticando uma agricultura familiar e comercial. Bem abaixo nesta hierarquia social, havia os peões das estâncias, os índios e alguns escravos negros.

a) O grande proprietário de terras

encontrava-se, no início do século XVIII, sob a dominação comercial da Inglaterra, sendo assim, indiretamente, através de Portugal, uma colônia britânica.

¹⁴ Fontes : CARDOSO (1985), KÜHN (2002), PESAVENTO (1990) e TARGA (2002).

¹⁵ Note-se que a política da monarquia em relação à produção colonial que pode parecer contraditória à primeira vista, na medida em que ela estimulava a instalação de agricultores e, ao mesmo tempo, lhes causava prejuízos, explica-se pela importância estratégica do Estado na defesa das fronteiras, o que fazia com que a ocupação do território devesse atender antes de tudo à interesses políticos e militares.

No alto da hierarquia social do Prata, havia os latifundiários, chefes políticos locais, que gozavam de uma grande autonomia de ação no plano regional, seja em termos econômicos (ver a prática generalizada e tolerada do contrabando), seja em termos políticos quando eles faziam suas próprias leis mesmo contrariando as políticas e os acordos fixados por seus governos respectivos (TARGA, 2002)¹⁶. De fato, se as coroas outorgavam tanta autonomia a estes caudilhos, era porque seu apoio militar era fundamental para a conquista e fixação das fronteiras meridionais. Mas apesar desta relativa autonomia das elites do Prata em relação à autoridade do Estado central, elas enfrentavam muitas dificuldades para impor seus interesses econômicos fora da região, uma vez que estes se opunham aos dos setores econômicos dominantes nacionais, isto é, as grandes plantações de produtos tropicais de exportação. Daí talvez a origem do espírito contestatório dos gaúchos do Prata à medida que suas elites passaram então a fazer oposição às políticas imperiais¹⁷, lutando contra o centralismo e à favor da descentralização na gestão dos negócios regionais.

QUADRO nº 3 : *O poder regional e a submissão política das elites do RGS (TARGA, 2002)*

Apesar do grande poder das elites do RGS no plano regional, dois exemplos mostram sua subordinação política no contexto nacional. Primeiro, a própria instalação de pequenos proprietários imigrantes em seu território, quando os grandes proprietários do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo tiveram força política suficiente para recusar este projeto. De qualquer forma, note-se que, a pequena e a grande propriedade nunca chegaram a disputar o mesmo espaço físico no RGS, os colonos tendo sido instalados em terras impróprias para a pecuária, pois o foram em zonas de florestas, de montanhas e, muitas vezes, em florestas habitadas por índios.

Segundo, os conflitos em torno do preço do charque, pois os charqueadores jamais conseguiram impor suas diretivas no plano nacional e em particular sua reivindicação maior que era de ter o monopólio do mercado brasileiro e poder assim impor seus preços. Mas como o preço do charque era um elemento importante do custo de produção das plantações das regiões exportadoras brasileiras e eram seus proprietários que detinham o poder político do país, o Império não podia satisfazer esta reivindicação dos charqueadores.

Ora, a questão é que ele não podia tampouco ignorar as elites regionais. Por um lado, porque precisava de seu apoio militar em caso de conflitos fronteiriços e também por razões econômicas, pois a região fornecia gado e charque, ao mercado brasileiro. Mesmo se o país pudesse importar estes produtos das outras economias do Prata, era vantajoso contar com a produção do RGS quando as guerras sucessivas interrompiam as importações. De fato, desde o período colonial até o fim da guerra do Paraguai (1870), o RGS forneceu a maior parte dos recursos humanos e materiais necessários às guerras fronteiriças. Por outro lado, por interesses de controle político da região, pois o RGS apresentava um potencial revolucionário, do fato de sua vizinhança com

¹⁶ Este fenômeno do caudilhismo deve-se, por um lado, ao fato de que as províncias do Prata se terem constituído em Estados ou soberanias independentes até 1853, onde o vazio político-institucional disso decorrente foi sendo preenchido pela ação das elites políticas locais (TEDESCHI, 2000). Ver uma análise sobre a formação das elites políticas platinas face à uma estrutura institucional em formação em DONGHI (1975).

¹⁷ Em 1835, quando o governo imperial se negou a satisfazer a reivindicação dos charqueadores do RGS no sentido de aumentar as tarifas alfandegárias do charque importado, de modo a tornar seu produto mais competitivo no mercado brasileiro, isto deu origem a uma guerra civil, a Revolução Farroupilha, que durou uma década.

outras regiões platinas, por onde circulavam idéias separatistas e republicanas que influenciavam bastante as elites locais que contestavam sistematicamente a política centralizada do país.

Para apaziguar estes conflitos, o Império concedia, então, alguns privilégios temporários aos grupos econômicos dominantes do RGS de modo a assegurar sua fidelidade política, pois até o século XIX, esta região não havia ainda sido incorporada definitivamente ao território brasileiro. De fato, o RGS ficou durante muito tempo entre duas formações sociais, a do Prata e a do Brasil : ao mesmo tempo em que os principais mercados do RGS se situavam no Brasil e que sua população era originária de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e dos Açores, afinidades resultantes de um mesmo estilo de vida, de interesses econômicos em comum e de experiências políticas semelhantes (republicanas, pois o pampa sul-rio-grandense foi uma república entre 1836 e 1845)) faziam com que sua população fosse mais próxima de seus vizinhos platinos do que dos brasileiros em geral. Daí, a hesitação das elites locais em incorporar seu território a um lado ou a outro da fronteira. Por isso tudo, as relações entre o Império e a oligarquia sulina não foram jamais rompidas apesar das subversões sucessivas desta última à política imposta pelo centro do país (GOLIN, 2002).

b) O pequeno proprietário rural

A classe dos produtores rurais era formada não somente pela população nativa local mas também, mais tarde, por imigrantes europeus que exploravam a terra através do trabalho familiar e livre. Apesar da pouca importância que teve inicialmente a agricultura, os pequenos produtores cumpriram também um papel importante na formação platina através da resistência que exerceram à expansão capitalista na região, pois a disponibilidade de terras (a exploração de terras devolutas e públicas era ainda freqüente na época) lhes permitia não depender de um salário pra viver. Assim, enquanto existiram terras públicas a explorar, o homem da campanha platina tinha pouco estímulo para tornar-se um trabalhador permanente das estâncias (REICHEL e GUTFREIND, 1996). Em termos econômicos, as numerosas pequenas e médias propriedades tiveram uma participação positiva no conjunto da produção rural do Prata no período colonial. Além das inovações produtivas, os imigrantes introduziram também na região uma mentalidade muito particular que afetou profundamente o funcionamento da sociedade platina no que se refere às orientações políticas da época : a circulação de idéias democráticas é um indicador da influência marcante de uma classe média rural (pequenos proprietários) na sociedade local (SCHEIDT, 2000).

QUADRO nº 4 : Os imigrantes europeus no RGS (TARGA, 2002)

Se a colonização com os açorianos fracassou no início do século XIX, a política de imigração foi retomada em seguida em 1824 com colonos alemães e, mais tarde, com colonos italianos e teve um impacto importante no RGS em termos

demográficos, sócio-econômicos e políticos. Em termos econômicos, a instalação destes pequenos proprietários rurais deu origem a uma divisão dual da economia sulina : ao norte, uma economia agrícola baseada em pequenas propriedades familiares e ao sul, uma economia de pecuária dominada por latifundiários. Esta estrutura agrária constitui um dos traços mais originais da história econômica do RGS, pois somente neste Estado os colonos puderam ter acesso à terra enquanto nas outras regiões brasileiras, eles tornaram-se trabalhadores das grandes plantações exportadoras de produtos tropicais. No RGS, a imigração teria mesmo contribuído para o declínio das charqueadas escravistas, na medida em que, atraídos pelas terras disponíveis, os colonos tornavam-se agricultores ao invés de irem trabalhar nas usinas de charque que enfrentavam, então, uma grave crise de mão de obra em razão da proibição do tráfico de escravos.

Em termos sociais, o modo de vida dos colonos era bastante dinâmico e moderno para a época, se comparado com aquele que caracterizava os setores da pecuária e das charqueadas que eram controlados por uma oligarquia regional. Foi esta imigração que permitiu que o RGS se modernizasse bem antes do conjunto da sociedade brasileira, pois os colonos empreenderam uma verdadeira revolução social ao nível das mentalidades e dos costumes até então em vigor na região. Finalmente, a diversificação social resultante da imigração provocou ainda mais tarde uma divisão das elites regionais em duas facções irreconciliáveis, uma que continuou aferrada a valores tradicionais e outra que, contando com o apoio político dos segmentos médios da população, passou a defender princípios republicanos e colocou em prática um projeto político absolutamente original em relação ao contexto brasileiro da época.

c) Os peões e os índios

Os peões e os índios viviam inicialmente da extração do couro de gado (até então em liberdade nos campos) cuja exploração com fins de exportação constituiu a principal atividade econômica da campanha platina durante o período colonial. Nesta época, quando predominava ainda a prática das *vacarias*, eles constituíam uma mão de obra disponível, sem laços estáveis de trabalho. Mais tarde, a instalação de estâncias mudou completamente o modo de vida dos habitantes do Prata, pois a privatização das terras e das manadas de gado lhes roubaram os meios de subsistência e lhes obrigaram assim a se integrar progressivamente no processo produtivo enquanto mão de obra permanente. A análise da criminalidade na época mostra que esta passagem a um novo modo de produção se deu com muita resistência, estes indivíduos sem emprego fixo representando, então, uma classe rebelde e potencialmente revolucionária do ponto de vista das elites locais. Isto explica a aplicação de numerosas e severas medidas de controle social visando disciplinar o habitante da campanha através da instauração de um aparelho judiciário e policial. Este punia os indivíduos vacantes, controlava sua mobilidade (para ter o direito de transitar na região, eles passaram a precisar de um passaporte concedido pela polícia), assim que seu tipo de ocupação (todos aqueles que não possuíam um contrato de trabalho passaram a ser perseguidos e aprisionados como bandidos). O controle dos trabalhadores ia até a sua maneira de viver em termos de alimentação, de vestimenta e de lazer : a ebriedade, a vagabundagem e o jogo, por exemplo, foram proibidos pois estas práticas supunham uma perda do tempo e de energia do trabalhador (REICHEL e GUTFREIND, 1996).

Em suma, os colonos e as populações nativas - gaúchos, crioulos, imigrantes, índios ou descendentes de diversas etnias- tiveram um papel fundamental na formação social da região platina¹⁸. Apesar da presença do trabalho forçado dos índios (e mais tarde dos negros nas charqueadas), os costumes e o modo de vida da sociedade colonial platina foram profundamente marcados pela liberdade física, a insubordinação e a independência dos indivíduos. De fato, comparando a realidade social da região com aquela das zonas vizinhas, observa-se que as atividades produtivas ali praticadas permitiam que os homens da campanha platina subsistissem sem precisar de um emprego fixo, seja caçando gado selvagem para se alimentar, se vestir ou comercializar, seja se empregando eventualmente nas estâncias ou ainda praticando atividades agrícolas. O vasto território da região platina abrigava ainda todos aqueles indivíduos que, por razões diversas, não se adaptavam às exigências do sistema dominante de produção, ou seja, escravos fugitivos e índios rebeldes (assim como soldados desertores). Daí a representação da campanha platina enquanto lugar de livre exercício de atividades econômicas e que se traduz na imagem do homem a cavalo caçando gado em vastas extensões de terra.

Além da contribuição econômica desta população, enquanto caçadores de gado, peões de estâncias e agricultores, sua mobilização militar foi também um elemento chave da identidade regional (GOLIN, 2002). O estado permanente de guerra em que vivia a região fazia com que todo indivíduo fosse um soldado em potencial, pois para a defesa do território contava-se mais com as populações locais, organizadas em milícias privadas, que com os exércitos das coroas respectivas¹⁹. A organização milicianiana foi um ‘estilo de vida’ que caracterizou a região platina desde o período colonial até o século XIX. Estas milícias constituíram não somente um instrumento importante para o controle dos territórios pertencendo

¹⁸ Á parte a escravidão doméstica e a dos negros de ganho nas cidades e vilas e a importante concentração de escravos nas charqueadas gaúchas, o regime escravista, em si mesmo, foi fragilizado no RGS. Isso se explica, em primeiro lugar, pelo fato de que a principal atividade econômica do Estado (em abrangência territorial), a pecuária, não exigia muita mão de obra, o trabalho podendo assim ser executado por um número reduzido de trabalhadores. Em segundo lugar, pela disponibilidade de uma população indígena nômade, oriunda das missões jesuíticas destruídas, cuja experiência no trato dos animais e no manejo dos instrumentos de trabalho lhes capacitava a executar as tarefas produtivas. Em terceiro lugar, pela própria forma de exploração da pecuária, extensiva, que não se prestava à coerção extra-econômica necessária à exploração da mão de obra escrava, como era o caso das plantações brasileiras, cujo funcionamento exigia uma forte concentração de mão de obra e viabilizava assim, em termos econômicos, a instalação de um importante aparelho repressivo representado pelo capataz e seu açoite. De fato, mesmo se as estâncias do RGS concentravam um maior número de escravos do que as estâncias do lado espanhol, o trabalho dos escravos não tinha importância do ponto de vista produtivo (eles realizavam sobretudo serviços domésticos e trabalhavam na lavoura de subsistência da estância). Além disso, o emprego de africanos no RGS foi também entravado pela vizinhança da Província com as outras regiões do Prata que eram pouco (e mais tarde, nada) escravistas. Assim, a fronteira cumpriu um papel importante na erosão das estruturas do sistema escravista do RGS, pois ela favorecia, além disso, a insubordinação dos escravos e a sua fuga para o lado espanhol (TARGA, 2002).

¹⁹ O uso que se fazia do cavalo, símbolo cultural do gaúcho, ao qual eram atribuídas (até mesmo) qualidades totêmicas, é um indicador significativo : para um habitante da campanha no período colonial, ele representava um instrumento ao mesmo tempo de trabalho e de guerra (GOLIN, 2002).

a cada uma das províncias, mas influíram, também, na vida política das nações em formação, isto é na construção das cidadanias e na evolução das formas de representação política (WILDE e SUAREZ, 2000).

2- FRONTEIRA E TERRITORIO : UM NOVO QUADRO DE REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS

O objetivo deste trabalho era enfatizar as relações privilegiadas que mantêm as sub-regiões do Prata. Para isto, buscamos na história colonial as raízes destas relações, este procedimento se justificando pela pouca importância dada a este aspecto pela historiografia oficial. Visando apoiar ideologicamente a formação dos Estados nacionais, a produção historiográfica acabou não somente ‘esquecendo’ a influência marcante de um passado histórico comum na dinâmica da região platina, mas também aplicando retrospectivamente uma visão baseada em fatos históricos posteriores para interpretar este período de sua história.

2.1- OS RESULTADOS : *as trocas de proximidade*

A história colonial do Prata mostra a imagem de um território profundamente marcado por uma dinâmica regional de proximidade implicando as esferas social, cultural, econômica e política. De fato, a perspectiva de histórias fechadas e independentes não é compatível com a diversidade dos modos de integração que caracterizaram esta zona. No plano social, tratava-se de um contexto demográfico bastante heterogêneo: a presença significativa de espanhóis e de hispano-americanos se fazia sentir nas zonas ocupadas por portugueses e luso-brasileiros, assim como estes últimos estavam presentes nas cidades de colonização espanhola. Isto porque os traçados fronteiriços eram bastante flexíveis na época e não isolavam tampouco as sociedades vizinhas.

Assim, no período colonial, não se pode imputar atitudes de caráter nacionalista aos habitantes do Prata, pois estas apareceram somente após a formação dos Estados (KÜHN, 2002). Isto significa que, até o século XVIII, não havia ‘nação’ no sentido moderno desta noção, pois os Estados nacionais ainda não estavam constituídos : a demarcação definitiva das fronteiras somente aconteceu na segunda metade do século XIX quando a Argentina, o Brasil e o Uruguai centralizaram o poder político e a autoridade do

Estado. Assim, a noção de ‘pátria’ no contexto colonial supunha sobretudo laços dos indivíduos com uma cidade ou região e não com uma nação territorialmente constituída. A prova é que era indiferente para os habitantes do Prata, por exemplo, se eles caçavam gado para os espanhóis ou para os portugueses : eles viviam nos campos, afastados das cidades e sua identidade se fundava no seu pertencimento ao pampa, independente do fato do seu território estar momentaneamente sob a ocupação de uma ou outra coroa (REICHEL e GUTFREIND, 1996).

No plano econômico, as sub-regiões platinas eram complementares e mantinham fortes laços comerciais (e mesmo informais ou ilegais) e de dependência recíproca. E no plano político, os caudilhos do Prata tinham amigos e inimigos, aliados e adversários e estas relações iam além dos limites fronteiriços. De fato, como se tratava de sociedades patriarcais, baseadas no poder local dos caudilhos, estes estabeleciam alianças que supunham desde o empréstimo de homens, de cavalos, de alimentos e de armas até à oferta de asilo político, quando seus aliados eram derrotados em suas regiões de origem (RECKZIEGEL, 2000)²⁰.

Enfim, por todas estas razões, a visão da região platina enquanto espaço por excelência de conflito e de animosidade recíproca deve ser relativizada e isto principalmente em se tratando do seu período colonial.

2.2- AS ABORDAGENS TRADICIONAIS

a) A historiografia e o Prata

A representação historiográfica que enfatiza os conflitos no Prata tem igualmente suas raízes no novo cenário sócio-político que caracteriza a região, a partir do século XIX, em razão da eclosão das guerras de independência que levaram à estruturação dos Estados nacionais. De fato, da invasão lusitana do Uruguai (1811) até à guerra do Paraguai (1870), os Estados do Prata se envolveram em uma sucessão de conflitos e guerras que marcaram profundamente as relações formais entre as nações de origem hispânica e o império luso-brasileiro²¹. Mas, mesmo uma abordagem simplesmente conflituosa destas guerras não é satisfatória, pois elas contribuíram, também, para aproximar as populações fronteiriças, na medida em

²⁰ Algumas vezes também, rivalidades de origem local deram origem a conflitos de dimensão internacional..

²¹ A este propósito, ver HOBSEBAWN (1990).

que funcionavam como um sistema de vasos comunicantes em termos de trocas de idéias políticas e de modelos sociais e econômicos (PADOIN, 2000).

Mas o fator principal que contribuiu para forjar esta visão conflituosa da região foi o procedimento de caráter nacionalista que marca a produção histórica a partir do período de legitimação política dos Estados nacionais. Com o objetivo de unificar ideologicamente os Estados, as historiografias nacionais isolaram a história de sua sub-região do restante do Prata e a assimilaram à história do centro dominante de cada país²². Assim fazendo, os historiadores apagaram as características históricas em comum da região. Mas a questão regional sofreu ainda um novo recuo quando da instalação de regimes políticos autoritários na América Latina quando então o nacionalismo (base ideológica das ditaduras) foi imposto enquanto metodologia na análise histórica. No caso do Prata, isto impediu uma vez mais de avançar na compreensão dos espaços multinacionais da região (RGS, Uruguai e Mesopotâmia argentina) cujos laços se mantiveram além das fronteiras nacionais (JAUREGUI, MENDEZ, STORTINI, 2000).

QUADRO nº 5 : A historiografia brasileira

Quanto aos historiadores brasileiros, partindo da idéia amplamente aceita pela historiografia tradicional, segundo a qual o RGS estava historicamente determinado a fazer parte do Brasil, eles minimizaram mesmo a importância de fatos históricos suscetíveis de lembrar a influência platina e isto a um tal ponto que a fundação dos Sete Povos pelos jesuítas espanhóis foi simplesmente omitida da história oficial do Estado (KÜHN, 2002).

Alguns estudos mais recentes, entretanto, mostram que foi graças a esta vizinhança com as zonas de colonização espanhola que o RGS deve sua principal riqueza econômica, o gado, introduzido em grande parte pelos jesuítas espanhóis. Também, talvez, graças às suas relações históricas com outras sociedades platinas, bastante revolucionárias na época (em particular, o Uruguai) que esta região brasileira se inspirou para formular e colocar em prática experiências políticas pioneiras.

Quanto à historiografia gaúcha, duas tendências ideológicas caracterizam sua evolução : uma, lusitana, que associa a formação da sociedade regional exclusivamente à influência portuguesa e outra platina, que enfatiza a afinidade econômica, cultural, política entre o RGS e as zonas de colonização espanhola. Uma terceira abordagem, que se desenvolve atualmente, tenta reconciliar estas duas visões antagônicas.

b) A evolução das concepções de fronteira

²² Este empenho de particularizar as sub-regiões do Prata foi tão longe que, no plano social, os historiadores chegaram a atribuir atitudes morais distintas ao gaúcho segundo seu lugar de origem : ver, por exemplo, a distinção que faz VELLINHO (1956) entre o gaúcho do lado brasileiro (pacífico, sedentário e responsável) e o gaúcho do lado espanhol (nômade e rebelde). Ver também uma análise da historiografia sobre a região platina em GUTFREIND (1989) e em CHIARAMONTE (1993), sobre o método de construção de diferenças sócio-culturais no fim do período colonial em WILDE (2000) e sobre a negação da identidade platina do RGS em TARGA (2000).

Esta perspectiva que diferencia e separa a história das regiões fronteiriças não é, entretanto, apanágio dos historiadores, mas aparece também nas abordagens tradicionais da fronteira, baseadas em antigas representações geopolíticas. De fato as relações fronteiriças variam ao longo da história dos países e isto se exprime em várias abordagens da questão : de um conceito político e jurídico, baseado na noção de fronteira-linha enquanto obstáculo à realização do ‘ótimo econômico’, a análise evoluiu para a noção de zona-fronteira (um conceito geo-econômico), que é vista inicialmente como um espaço periférico e, mais tarde, como um espaço privilegiado de trocas econômicas.

QUADRO nº 6 : A evolução das abordagens sobre a fronteira (CROGUENNEC, 2002)

Primeiro, tem-se a noção de fronteira-linha enquanto divisor político entre Estados limítrofes e por isso obstáculo ao desenvolvimento. Este conceito que enfatiza a idéia de separação entre regiões serviu de instrumento para a unificação ideológica da nação e a demarcação de sistemas político-institucionais diferentes no período de construção do Estado moderno. Mais tarde, aparece a noção de zona-fronteira que foi objeto de duas interpretações. Na abordagem marxista, trata-se de uma zona periférica, pois isolada do centro econômico dinâmico e de decisão nacionais e por isso contrariada nos seus interesses econômicos ; daí seu desenvolvimento entravado pelos efeitos de dominação de um centro. Na abordagem funcionalista, a ênfase é dada ao papel de interface da fronteira, isto é, à integração complementar das zonas de fronteira resultante de diferenças contíguas em termos de salários, de preço de produtos, etc. Isto significa que é justamente a assimetria entre cidades vizinhas, por isso denominadas « falsas-gêmeas », que explica os mais variados tipos de trocas binacionais (migrações, comércio...), cada região fronteiriça se valendo assim das oportunidades oferecidas pela ‘proximidade das diferenças’.

Em suma, analisar as relações no seio da região platina implica ultrapassar, de um lado, as abordagens baseadas em rancores históricos relacionados ao traçado das fronteiras nacionais e buscar uma outra abordagem capaz de valorizar a integração silenciosa que caracteriza o cotidiano de populações vizinhas. De fato, se as regiões fronteiriças partilham crises e tensões permanentes resultantes de fortes sujeições geopolíticas enquanto espaços estratégicos de defesa territorial, não se pode ignorar que elas partilham igualmente uma história comum, feita de contatos estreitos através dos quais elas se inventam mutuamente. De outro lado, significa também passar de uma interpretação tradicional da fronteira enquanto fratura e separação entre regiões, ou enquanto simples zona de integração de economias complementares, a uma análise permitindo captar sua dinâmica endógena, fruto de múltiplas interações trans-fronteiriças. Somente assim, será possível encarar as regiões de fronteira como realidades singulares, porque potencialmente abertas à descoberta do ‘outro’ através da integração de culturas e de experiências diversas.

2.2- UM NOVO QUADRO TEORICO : a noção de fronteira sócio-territorial

Nos últimos anos, as ciências sociais têm se interessado cada vez mais a questões relativas ao espaço e às relações de proximidade que dele derivam²³. De fato, a observação da realidade contemporânea mostra que se a economia torna-se cada vez mais global, ela não se torna ao mesmo tempo não-espacial, isto é, indiferente ao local onde se inserem as atividades econômicas. Isto porque pesquisas empíricas têm demonstrado que o desenvolvimento de certos territórios se deve justamente à presença de recursos específicos resultantes de uma trajetória singular. Novas perspectivas se delineiam, então, para as regiões cuja adaptação aos ditames da mundialização parecem depender, cada vez mais, da sua capacidade de valorizar estes recursos que lhes são próprios porque frutos de uma história particular.

Neste sentido, esta problemática pode ser aplicada ao estudo da dinâmica de funcionamento das regiões fronteiriças que se implicam, e isto espontaneamente, na valorização de suas diferenças em suas trocas de vizinhança. Na verdade, se o espaço nacional continua sendo um quadro de referência importante em termos de normas, compromissos e políticas (estas zonas sendo fortemente influenciadas por dinâmicas nacionais diferentes), a história mostra que as populações de fronteira tendem a se voltar muito mais para seus vizinhos que para o interior de seus países respectivos. Isto significa que a articulação fronteiriça se faz não somente entre modos de produção mas sobretudo entre sociedades buscando explorar valores e tradições comuns. Com a introdução da dimensão territorial, é possível então passar de uma visão puramente geográfica ou política a uma visão relacional do desenvolvimento das regiões de fronteira. Na prática, esta passagem supõe uma gestão local de políticas públicas através da criação de entidades trans-fronteiriças cujo papel é de assegurar a mediação entre coletividades distintas.

Assim, durante muito tempo negligenciadas, as regiões fronteiriças poderão se tornar os novos motores de interações internacionais, um vez que apresentam uma grande vantagem que é a de serem, por uma determinação geográfica, já abertas ao exterior e logo um espaço privilegiado de contato e de influências mútuas. Até aqui ocupando um lugar marginal nas políticas nacionais, as sociedades platinas poderão assim assumir um papel importante na evolução dos acordos internacionais em curso atualmente na América Latina tornando-se, mesmo, um espaço estratégico de integração continental.

²³ A noção de proximidade supõe a existência de interações econômicas e sócio-culturais entre agentes geograficamente próximos uns dos outros. Uma bibliografia recente e variada trata desta influência espacial na dinâmica sócio-econômica das regiões ; ver entre outras, BELLET et.al. (1998), BENKO e LIPIETZ (1992), COURLET (2001), GILLY e TORRE (2000), PECQUEUR e SOULAGE (1992) e VELTZ (2002).

BIBLIOGRAFIA

- BELLET et.al. (1998), *Approches multiformes de la proximité*, Paris, Hermès.
- BENKO e LIPIETZ (1992), *Les régions qui gagnent - districts et réseaux : les nouveaux paradigmes de la géographie économique*, PUF, Paris.
- CARDOSO, F.H. (1985), Rio Grande do Sul e Santa Catarina, in BUARQUE DE HOLANDA, S. e CAMPOS, P.M. (eds.), *História Geral da Civilização Brasileira*, t.II, vol.2, Difel, São Paulo.
- CÉSAR, G. (1978), *O contrabando no sul do Brasil*, UCS/EST, Caxias do Sul.
- CHAUNU, P. (1995), *Conquête et exploitation des nouveaux mondes*, Paris, PUF.
- CHIARAMONTE, J.C. (1993), El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata, *Revista do curso de pos-graduação em história*, vol.1, nº1, UFRGS, Porto Alegre.
- COURLET (2001), *Territoires et régions : les grands oubliés du développement économique*, L'Harmattan, Paris.
- CROGUENNEC, A-G. (2002), De la fracture géopolitique à la dynamique territoriale transfrontalière : la frontière nord du Mexique, *mémoire de DEA Economie et politiques internationales*, UPMF, Grenoble.
- DONGHI, H. (1975), *Historia da América Latina*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FREITAS, D. (1980), *O capitalismo pastoril*, EST, Porto Alegre.
- GILLY e TORRE (2000), *Dynamiques de proximité*, L'Harmattan, Paris.
- GOLIN, T. (2002), *A Fronteira : governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*, vol.1, L&PM, Porto Alegre.
- GUTFREIND, I. (1989), *A construção de uma identidade : a historiografia sul-rio-grandense de 1924 à 1975*, USP, São Paulo.
- HOBSBAWM, E. (1990), *Nações e nacionalismo desde 1780 : programa, mito e realidade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

- JAUREGUI, A., MENDEZ, L., STORTINI, J. (2000), Nacionalismo y region en el pensamiento autoritario-revisionista de Argentina y Brasil, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- KHÜN, F. (2002), Breve historia do Rio Grande do Sul, *Leitura XXI*, Porto Alegre.
- LAYTANO, D. (1983), Origem da propriedade privada - em fronteira brasileira dos séculos XVIII e XIX, Martins Livreiro, Porto Alegre.
- MAESTRI FILHO, M. (1984), A charqueada escravista : algumas considerações, *Historia em cadernos* : jan/ãoût, Rio de Janeiro.
- PADOIN, M. (2000), O espaço fronteiro platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha (1835-1845), *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- PECQUEUR et SOULAGE (1992), Rationalité et Territoire, notes de travail, IREPD n°6.
- PESAVENTO, S.J. (1985), Farrapos, liberalismo e ideologia, in DACANAL, J.H. (ed.), *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*, Mercado Aberto, Porto Alegre.
- PESAVENTO, S.J. (1990), *História do Rio Grande do Sul*, Mercado Aberto, Porto Alegre.
- PICCOLO, H.L. (1988), Sobre a história do Rio Grande do Sul, *interview* à L.R Targa, novembre, Porto Alegre.
- RECKZIEGEL, A.L. (2000), A instalação do Estado national e as tensões fronteiriças : Uruguai e Rio Grande do Sul no periodo 1822-1851, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- REICHEL, H. et GUTFREIND, I. (1996), As raízes historicas do Mercosul : a região platina colonial, São Leopoldo, Unisinos.
- SCHEIDT, E. (2000), Republicanismo na região platina à época da Revolução farroupilha : um estudo comparativo de historia comparada, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- TARGA, L.R (2000), Negações da identidade do RGS, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- TARGA, L.R (2002), Le Rio Grande do Sul et la création de l'Etat « développementiste » brésilien, Thèse de doctorat, UPMF, Grenoble.**

- TEDESCHI, S. (2000), Caudillo e instituciones en el Rio de la *Plata* : el caso de Santa Fe entre 1819 y 1838, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- TORRES, L.H. (2000), Souza Docca e o processo historico platino e rio-grandense, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- VELLINHO, M. (1956), O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino, *Fundamentos da cultura rio-grandense*, Faculdade de Filosofia, UFRGS, Porto Alegre.
- VELTZ (2002), Des lieux & des liens : politiques du territoire à l'heure de la mondialisation, Editions de l'aube.
- WILDE, G. (2000), Las « etnografías estatales » y la construcción de la diferencia sociocultural a fines del periodo colonial, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.
- WILDE, M.J. e SUAREZ, T. (2000), La organización miliciana en el litoral argentino durante el siglo XIX : los casos de las provincias de Santa Fe y Entre Ríos, *Primeiras jornadas de historia regional comparada*, Porto Alegre.